



## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.*

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 704, de 2015, de autoria do Senador Romário. A iniciativa pretende alterar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que *dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Para justificar a iniciativa, o autor defende a necessidade e a relevância da inclusão educacional de pessoas com deficiência, especialmente tendo em vista que mais de 60% delas não haviam concluído o ensino básico ou eram analfabetas, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, em sede de decisão terminativa, à CE. Na CDH, o projeto recebeu parecer favorável à aprovação, com uma emenda de redação e outra que substitui, quanto à responsabilidade de supervisão de reserva de vagas, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos pelo Ministério da Justiça e da Cidadania.





## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PLS nº 704, de 2015, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Ademais, por se tratar de decisão em caráter terminativo, cabe a este colegiado se pronunciar também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. Relativamente a esses aspectos, cumpre apontar que não se vislumbram óbices à aprovação da matéria.

Passando à análise do mérito, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), afirma, em seu art. 27, o direito da pessoa com deficiência de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, por meio de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

É certo que a modalidade inclusiva tem viabilizado importantes oportunidades de acesso à educação, favorecendo o crescimento da matrícula de pessoas com deficiência na educação básica. O número de matrículas da educação especial, que era de 382 mil no ano 2000 e de 930 mil em 2005, chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022. Além disso, o percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Em 2022, com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns.

A ampliação de oportunidades educacionais na educação básica gera perspectivas de acesso à educação superior para as pessoas com deficiência. Mesmo assim, de acordo com os dados do Censo 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as pessoas com deficiência com mais de 25 anos de idade, 38,5% não tinham instrução ou tinham somente o ensino fundamental incompleto. Outros 13,1% tinham





ensino fundamental completo ou médio incompleto, 31% tinham ensino médio completo ou superior incompleto e apenas 17,4% haviam concluído um curso superior.

Nesse sentido, é inegável o mérito da proposição analisada, na medida em que o sistema de cotas tem o condão de propiciar maior acesso das pessoas com deficiência em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ocorre que a ação afirmativa prevista no PLS já foi contemplada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que *altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.*

A propósito, a redação dada aos arts. 3º e 5º, da Lei nº 12.711, de 2012, determina que em cada instituição federal de ensino superior e de ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e **por pessoas com deficiência**, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. Ademais, a nova redação do art. 7º estabelece prazo de dez anos para revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Assim, consideramos satisfatoriamente prevista na legislação vigente ação afirmativa para assegurar o ingresso de pessoas com deficiência em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. O próprio autor do PLS chegou a apresentar requerimento pelo seu arquivamento, o qual não chegou a ser votado, em razão do término da legislatura de 2018. Assim, a exemplo do parecer que havia sido apresentado pelo Senador Fabiano Contarato, como restou prejudicada a matéria com a publicação da Lei nº 13.409, de 2016, concluímos pelo não prosseguimento da discussão do PLS nº 704, de 2015, nesta Comissão, nos termos do art. 334, inciso II, do RISF.





### III – VOTO

Diante do exposto, votamos pelo **arquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, dada a publicação da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

